



XIV Seminário de educação e XI Colóquio de pesquisa – Educação e Pandemia

ANAIS DIGITAIS

Paranaíba, MS

2024

S472a Seminário de Educação e Colóquio de Pesquisa (14. : 2024; Paranaíba, MS)

Anais digitais XIV Seminário em educação e XI Colóquio de pesquisa, 28 de outubro a 01 de novembro de 2024/ Agnes Iara Domingos Moraes et al. [Organizadores].--Paranaíba, MS: UEMS, 2024.

28p.; il

Bianual

ISSN: 2446-6069

Vários Autores

Tema: Educação e Pandemia

1. Educação - Simpósio. 2. Educação - Colóquio. I. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. II. Moraes, Agnes Iara Domingos. III. Título.

CDD 23. ed. - 378

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Susy dos Santos Pereira CRB1°1783

Os autores são responsáveis pelo conteúdo dos artigos publicados, pelo atendimento às Normas ABNT e pela redação dentro das regras da norma padrão da língua portuguesa

Organização:

Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU)
Curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Paranaíba
Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação
(CEPEED)

Docentes:

Profa. Dra. Agnes Iara Domingos Moraes
Prof^ª. Dr^ª. Estela Natalina Mantovani Bertolatti
Prof^ª. Dr^ª. Fernando Guimarães Oliveira da Silva
Prof^ª. Dr^ª. José Antonio de Souza
Prof^ª. Dr^ª. Maria Silvia Rosa Santana
Prof^ª. Dr^ª. Milka Helena Carrilho Slavez

Acadêmicos:

Ester de Faria Reis
Glauca Cavalcante Querino Miyashiro
Kailanny Zocal
Letícia Lacerda da Silva
Lucas Cavalcante Querino
Luria Luana de Freitas Caetano
Louise Camila da Paixão
Monica Ferreira Pedroso
Willians Pizolato

Pareceristas:

Profa Dra Andrielli Dal Pizzol (UEMS)
Prof. Dr. Claudionor Renato da Silva (UFJ)
Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Profa Dra Eliane Rose Maio (UEM/Sede)
Prof. Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva (UEMS)
Profa Dra. Greisse Quintino Leal (UEMS)
Prof. Dr. José Antonio de Souza (UEMS)
Prof. Dr. Marcio de Oliveira (UFGD)
Prof. Me. Eder Junio da Silva (Universidade Brasil)
Profa Dra. Laura Mariza Carnielo Calejon (Universidade São Marcos)
Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti (UEMS)
Profa. Dra. Hellen Thaís dos Santos (UEMS)
Prof. Me. Heitor Arantes Mendonça (FAMA)
Prof. Dr. Jemerson Quirino de Almeida (UEMS)
Profa. Dra. Lucélia Tavares Guimarães (UEMS)
Profa. Dra. Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)
Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez (UEMS)
Prof. Dr. Reginaldo Peixoto (UEMS)
Profa. Dra. Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Profa. Dra. Agnes Iara Domingos Moraes (UEMS)
Profa Ma. Vania Gomes Cardoso (UNIPORÁ)
Profa Ma. Raissa Nunes Pinto (UEMS)
Profa Dra. Sueli do Nascimento (UEMS)

Apoio técnico:

Dra Rosimar Pires Alves (UEMS)
Dr. Renato Lustosa Sobrinho (UEMS/UNESP)
Dra Susy dos Santos Pereira

XIV Seminário de educação e XI Colóquio de
pesquisa – Educação e Pandemia

ISSN: 2446-6069

ANAIS DIGITAIS

Parte II – Resumos Expandidos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....07

PARTE II. RESUMOS EXPANDIDOS

2.1 EIXO: História, Sociedade e Educação.....09

2.2 EIXO: Linguagem, Educação e Cultura.....16

2.3 EIXO: Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão.....23

XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E XI COLÓQUIO DE PESQUISA
“Educação e pandemia”
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Unidade
Universitária de Paranaíba

APRESENTAÇÃO

O XIV Seminário de Educação e o IX Colóquio de Pesquisa são eventos científicos promovidos pelo curso de Pedagogia, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU) e pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (CEPEED) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba.

Nesta edição, o tema é educação e pandemia. Trata-se de um tema urgente para a área da educação. Ao recebermos a comunicação, em março de 2020, de que todas as nossas atividades de diferentes naturezas tiveram que ser evitadas para evitar a contaminação em massa. As atividades presenciais das instituições de ensino de educação básica e ensino superior foram suspensas; veio a surpresa. Muitas instituições não sabiam como agir, algumas optaram por anteceder férias, recessos escolares e universitárias até que tivessem tempo hábil para decidir o que fazer.

Diante das situações de isolamento social, restrições de circulação e um rápido contágio seguido de muitas mortes, as instituições de ensino de todos os níveis e modalidades optaram por utilizar um formato de ensino novo: o ensino remoto emergencial (ERE). Se tínhamos algumas restrições quanto ao uso de tecnologias, fomos forçados a lidar com as normas e orientações desse formato de ensino sem muito tempo para a nossa preparação ou formação.

Em paralelo a tais eventos, a precariedade do sistema educacional público brasileiro tornava-se mais evidente. Expondo com mais segregação as desigualdades de renda e de acesso à *internet*, ao conhecimento e às tecnologias da informação e da comunicação

(TICS). Para se ter uma noção da complexidade, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgou uma pesquisa realizada durante 2021, onde constatou que 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades em média 287 dias durante a pandemia.

Um cenário que escancarou todas as nossas desigualdades educacionais, tecnológicas e sociais. O XIV Seminário de Educação e o IX Colóquio de Pesquisa foi pensado após consulta à comunidade universitária da UEMS a fim de conhecer os temas mais urgentes relacionados a educação e pandemia.

Pretendemos a partir dessa consulta:

1. oportunizar momentos de diálogos sobre a precarização das ferramentas de TICS para a manutenção das atividades de ensino, da educação básica ao ensino superior;
2. abordar aspectos relacionados à precarização do trabalho, considerando que o professor já levava trabalho para dentro de suas casas e a situação se intensificou com a implantação do *home office*;
3. socializar pesquisas realizadas por estudantes de iniciação científica, por pesquisadores(as) de instituições de Ensino Superior (IES) e demais profissionais da educação; e disseminar o conhecimento produzido no âmbito da UEMS de Paranaíba, por meio das discussões de pesquisas produzidas e em desenvolvimento.

Contamos com a participação de estudantes de Graduação e Pós-graduação; docente do Ensino Superior; docentes da Educação Básica; gestores de instituições de ensino e demais profissionais da educação. Neste documento, encontram-se os resumos simples e expandidos aprovados para integrar os Anais digitais do evento. Esperamos contar com a leitura da comunidade de Paranaíba e da região.

2.1 EIXO: História, Sociedade e Educação

ASPECTOS DA DISPUTA ENTRE DUAS VILAS QUE DERAM ORIGEM AO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS E SUA RELAÇÃO COM OS DOIS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES

Márcia Cristina Fonseca Domiciano (UEMS, fonsecadomicianom@gmail.com)
Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS, estela@uems.br)

Introdução

O presente texto apresenta resultados parciais de pesquisa de Mestrado em Educação, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PGEDU/UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba³, cujo tema busca compreender aspectos da disputa entre duas vilas que deram origem ao município de Fernandópolis/SP em relação à criação dos dois primeiros grupos escolares.

O município foi criado a partir da junção de duas vilas: Vila Pereira e Vila Brasilândia. Nelas foram instaladas os dois primeiros grupos escolares - atuais escolas estaduais - as quais têm na denominação os nomes dos fundadores das vilas onde ficaram situados: E. E. “Joaquim Antônio Pereira” e a E. E. “Carlos Barozzi”, respectivamente. O recorte temporal situa-se entre os anos de 1918 e 1975, período que perpassa a chegada dos fundadores e criação do município até a expedição do Decreto e da Lei relacionados aos dois grupos escolares.

Nesse contexto, a pesquisa em andamento trará contribuições tanto para a sociedade fernandopolense quanto para a comunidade científica, ao direcionar o olhar para o singular, as peculiaridades que caracterizavam cada um dos grupos escolares objetos dessa pesquisa, inclusive no tocante à cultura escolar, assim como as especificidades da história da criação do município de Fernandópolis, que o aproxima e ao mesmo passo, o distancia das demais cidades brasileiras, quer sejam municípios menores, maiores ou com o mesmo quantitativo de população residente.

1. Primeiras Aproximações

Fernandópolis é uma cidade do interior de São Paulo, instalada em 1º de janeiro de 1945, a partir da junção de duas vilas, como já informado. Constituiu-se em um dos 645 municípios paulistas, tendo uma população de 71.186 habitantes, conforme dados do censo de 2022. Conta também com um distrito denominado Brasitânia.

Na pesquisa de Mestrado mencionada, busca-se compreender, por meio de fontes históricas, qual é o grupo escolar mais antigo do município, como era o espaço onde funcionava, qual a legislação que regulamentava o funcionamento neste período, quais os registros escolares existentes e se houve atuação política na época que influenciou a expedição de decreto, o qual atribui a denominação de: “1º Grupo Escolar de Fernandópolis” ao grupo escolar da Vila Pereira em detrimento ao grupo escolar da Brasilândia.

Nela, portanto, busca-se obter informações relacionadas ao contexto histórico da autorização de funcionamento expedida à Escola Estadual “Joaquim Antônio Pereira”, localizada na Vila Pereira, que de acordo com o livro sobre a história de Fernandópolis e jornais locais seria a escola mais antiga de Fernandópolis.

Todavia há relatos na mídia local alusivos à existência de um grupo escolar na Vila Brasilândia, atual Escola Estadual “Carlos Barozzi” com origem anterior à fundação da escola popularmente conhecida como “JAP” (Joaquim Antônio Pereira).

Brasilândia hoje é um bairro muito tradicional, contudo no início era a outra vila, que foi unida a Vila Pereira pelo Interventor do Estado, Fernando Costa, para dar origem ao município de Fernandópolis. A pesquisa ainda em fase inicial em busca de documentos de como era a organização deste Grupo Escolar da Brasilândia e se de fato iniciou o funcionamento antes da publicação do decreto que o criou.

Nesse sentido, busca-se definir o contexto histórico em que foram criados os dois grupos escolares nas duas vilas, à luz da expedição dos documentos oficiais de criação, denominação e funcionamento, com vistas a comprovar ou não a narração encontrada no livro que conta a história da cidade e arquivos da época. Para isso serão empreendidos esforços para identificar a influência de grupos políticos partidários na criação do Sistema de Ensino em Fernandópolis, na formulação

de políticas públicas e no crescimento dos bairros que integram o município, em especial, nos bairros onde as escolas estão localizadas.

O trabalho está sendo realizado mediante uma abordagem histórica sendo progressivamente construído através de uma ampla pesquisa documental e bibliográfica, utiliza-se como corpus documental, além de livros, teses, dissertações e artigos relacionados a temática, os seguintes documentos: Decreto Estadual de 29/02/1944, publicado no Diário Oficial, Ano 54, número 47, p. 8-9, em 01/03/1944; Decreto Estadual de 09/03/1944, publicado no Diário Oficial, Ano 54, número 55, p. 5, em 10/03/1944; Decreto Estadual nº 16.356, de 28 de novembro de 1946; Lei Estadual nº 2.734, de 13 de setembro de 1954; Lei Estadual nº 680, de 16 de setembro de 1975; Lei Municipal nº 29, de 13 de novembro de 1962, e os dois volumes do livro: “*Fernandópolis: nossa história, nossa gente*”.

A metodologia de pesquisa será uma revisão crítica da bibliografia disponível, de abordagem qualitativa, bem como localização, reunião, seleção e análise de documentos, que contextualizem e esclareçam o início do sistema estadual de ensino em Fernandópolis, por meio da abertura das Escolas Estaduais “Joaquim Antônio Pereira” e “Carlos Barozzi”.

Os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral:

- Contribuir com a historiografia da educação do estado de São Paulo; Objetivos específicos:

1. Investigar o contexto histórico em que foram criados os dois grupos escolares nas duas vilas e sua relação com a instalação do município de Fernandópolis/SP;
2. Compreender as contribuições dos dois grupos escolares no cenário dos grupos escolares dos estado de São Paulo;
3. Analisar a cultura escolar dos grupos escolares, objetos desta pesquisa, de uma perspectiva interacionista; destino o Fundo Municipal de Cultura, para investimento em programas, projetos e ações culturais.
4. Contribuir com pesquisas correlatas sobre grupos escolares.

A realização deste estudo justifica-se, pela importância de pesquisas que busquem compreender, historicamente, o sistema de ensino público no município de Fernandópolis, com

vistas a estudar a contribuição dos grupos escolares na história da educação municipal, já que estes são partes integrantes da escrita da história da educação do Brasil.

Por meio desta pesquisa será possível analisar como os grupos escolares foram um modelo de organização pedagógica adotado em todo o Brasil e o lugar relevante que estas instituições escolares têm ocupado na história da educação desde meados do século XX até o presente momento.

Historicizar grupos escolares é sinônimo de reconfigurar o lugar da escola primária na história das instituições educativas, sob o critério do pioneirismo e excepcionalidade, constituindo-se em uma oportunidade de evocar o par passado/presente como assegura Le Goff (1990):

A distinção passado/presente que aqui nos ocupa é a que existe na consciência coletiva, em especial na consciência social histórica. Mas torna-se necessário, antes de mais nada, chamar a atenção para a pertinência desta posição e evocar o par passado/presente em outras perspectivas, que ultrapassam as da memória coletiva e da História (Le Goff, 1990, p. 180).

Segundo Souza (1998), os grupos escolares foram vistos como a forma de materializar a escola graduada no Brasil e um dos principais divulgadores dos valores republicanos. Foram configurados como um modelo escolar de socialização pautados nos princípios de racionalização do trabalho docente e da atividade pedagógica, fundamentada na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de ensino e na determinação da jornada escolar, resultando em um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme.

Nos grupos escolares foram experimentados novos métodos de ensino, de organização espacial, administrativa e pedagógica, sendo o tempo escolar vinculado a regulamentar as condutas, ao passo que a escola atrela a transmissão da cultura escrita a formas de exercício do poder (Souza-Chaloba, 2019).

No que se refere à produção histórica sobre os grupos escolares envolvendo diferentes abordagens nas primeiras décadas do século XX, a tendência mais dominante pautou-se no estudo sobre uma única instituição em particular.

Dentre as inúmeras vantagens dessa produção cabe ressaltar a história local, a qual mobiliza os arquivos municipais e escolares, fontes orais, imprensa local, documentos escolares, para reconstruir o processo de criação e instalação de ambos os grupos escolares em Fernandópolis, estado de São Paulo.

Desta maneira propiciando estudos referentes às instalações físicas desses estabelecimentos de ensino, à atuação e relação dos grupos políticos, sociais e educacionais, lançando luz ao impacto da escola na cidade, preservando a história e a memória da escola pública.

Portanto, não se tem história sem erudição. Mas do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a criticada noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento (Foucault e Le Goff). (Le Goff, 1990, p. 6).

Este trabalho torna-se um processo investigativo inclusive sobre o lugar ocupado pelos grupos escolares na memória social, por meio do livro da história local, analisando minuciosamente as narrativas, na perspectiva proposta pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, denominado paradigma indiciário.

Barroso (2012) ao estudar os liceus em Portugal não ignorou a dimensão cultural e identificou três tipos de abordagens relacionadas à cultura escolar:

1. Funcionalista: nessa perspectiva a escola é uma instituição educativa transmissora de uma cultura definida e produzida exteriormente, que se traduz nos princípios, finalidades e normas que o poder político determina;
2. Estruturalista: refere-se a forma escolar de educação produzida através da modelização das formas e estrutura seja o plano de estudos, disciplinas e outros relacionados à organização pedagógica.
3. Interacionista: é a cultura produzida pelos atores organizacionais nas relações uns com os outros, com o espaço e os saberes em cada escola em particular.

Neste sentido essa pesquisa também estará voltada à cultura escolar dos grupos escolares, buscando fazer uma leitura dessas escolas primárias para o crescimento da historiografia da educação e dos estudos sobre cultura escolar, não se restringindo à organização administrativa e pedagógica, mas à cultura própria de cada instituição.

Portanto, baseado em um trabalho de pesquisa no campo da história da educação local é que a presente pesquisa está se constituindo, no entanto novas fontes serão acrescentadas conforme orientação e sugestões acadêmicas, sendo os questionamentos inicialmente levantados apenas um ponto de partida para o início da investigação, reconhecendo a história dos grupos escolares do

município como memória da história da escola, da educação fernandopolense e parte integrante da História da Educação nacional.

2. Considerações Finais

A pesquisa nasceu de uma dúvida que permeia as mentes de boa parte dos fernandopolenses, principalmente os que residiam e ainda residem na Brasilândia, os quais acreditam que o Primeiro Grupo Escolar foi o localizado neste bairro, todavia em visita aos arquivos da atual E.E. “Carlos Barozzi” não foram encontrados documentos suficientes para que já se possa fazer essa afirmação; há apenas um pequeno parágrafo manuscrito em um livro da escola relatando que ocorriam aulas na Praça da Igreja, antes da instalação no prédio onde a escola funciona.

Nos arquivos da E.E. "Carlos Barozzi" (Brasilândia) há os atos de criação como lei/decreto, sendo alguns em vias originais, outros em cópia. A partir de 1946 há inclusive os livros de ponto dos docentes.

Na E.E. "Joaquim Antonio Pereira (JAP) há cópias de atos oficiais e fotografias datadas de 1958; há um álbum com fotografias dos alunos que concluíram o curso pré-primário em 1969 e outras imagens contendo festa da rainha, dramatizações, salas de aula e atividades da escola, algumas datadas a partir de 1976.

Portanto, os resultados parciais da pesquisa em andamento levam ao entendimento de que ambas foram criadas em 1944 e anexadas a Tanabi, porém a atual Escola Estadual “Joaquim Antônio Pereira” (JAP) até a data de 28 de novembro de 1946 era denominada Grupo Escolar de Fernandópolis, passando a partir da publicação do Decreto Estadual nº 16.356/1946, para: “1º Grupo Escolar de Fernandópolis”. Enquanto o Grupo Escolar da Brasilândia passa a ser denominado como Escola Estadual de 1º Grau “Carlos Barozzi” em 1975.

Referências

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

FERNANDÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Fernandópolis – nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Equipe Executiva (organização e revisão), 1996.

FERNANDÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Fernandópolis – nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Equipe Executiva (organização e revisão), 2012. v. II.

SOUZA-CHALоба, R. F. A contribuição dos estudos sobre os grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 19, e063. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/vc89pRTRjsQTJC4pGtTjqHr/#>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BARROSO, J. **Cultura, Cultura Escolar, Cultura de Escola**. Disponível em:

https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

2.2 EIXO: Linguagem, Educação e Cultura

RUTH ROCHA E A LITERATURA INFANTIL COM ENFOQUE NA LEI 10639/2003

Juliana Taliari Trivelato (UEMS, julianataliaritivelato@yahoo.com.br)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti (UEMS, estela@uems.br)

Introdução

Neste texto, apresento as principais aproximações com tema de pesquisa de mestrado que foca nas contribuições que Ruth Machado Lousada Rocha, popularmente reconhecida como Ruth Rocha, ofereceu para o cenário educacional brasileiro a partir da literatura infantil - produzida por ela.

A pesquisa de mestrado, iniciada em agosto de 2024, junto ao Programa de Pós- graduação *stricto sensu* em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Paranaíba, área de concentração em “Educação, Linguagem e Sociedade”, linha de pesquisa em “História, Sociedade e Educação”, orientada pela Prof^a. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti, visa validar a relevância das obras literárias de Ruth Rocha na formação leitora das crianças, além de evidenciar o quanto elas contribuem notoriamente na construção sócio-histórica, considerando-se que suas obras, de modo geral, abordam aspectos problemáticos do cotidiano, vividos em sociedade. Esta característica é capaz de mobilizar o posicionamento do leitor sobre o lido de forma reflexiva e crítica. Assim, nota-se o porquê das obras desta escritora serem reconhecidas e com elevados índices de vendas.

Entretanto, o enfoque do presente estudo centra-se em uma obra específica, *O amigo do rei* (2009), cujo foco está na narração sutil, por se tratar de uma literatura infantil, da relação de amizade entre dois meninos, um branco -o filho do patrão- e o negro – filho de escravos, permeado por um cenário histórico no período da escravidão no Brasil. Ruth Rocha salienta nesta obra analisada a lealdade de uma amizade genuína em meio às circunstâncias de uma luta para a abolição da escravidão.

A seleção desta literatura, entre tantas outras da autora, dá-se com a intencionalidade de relacioná-la com a lei a qual estabelece o estudo obrigatório da história e cultura africana e afro-

brasileira, aprovada em 2003, a Lei 10639/2003. O intuito desta análise é identificar a representatividade da cultura africana e os afro-brasileiros de nossa nação a partir desta obra e a propor como sugestão de leitura para se trabalhar as questões de relação étnico-racial, assim como prevê a legislação mencionada neste estudo.

1. Aspectos Iniciais Da Pesquisa

O presente estudo não tem a pretensão de esgotar um assunto tão vasto e rico como a literatura infantil, mas pretende propor uma análise sobre uma das autoras brasileiras vivas, cujas contribuições foram valiosas no enriquecimento humano e na capacidade imaginativa de tantas crianças.

Na área educacional constata-se que para formar leitores é primordial que o professor seja leitor. Na escola, o docente é um dos agentes que pode estimular a fantasia, a imaginação do aluno, aguçar a sua curiosidade para a leitura de textos literários; e ao mediar a leitura, auxilia seu público a estabelecer relações entre o texto e o conhecimento de mundo, a identificar os elementos linguísticos e a perceber a evolução temática por meio de elementos sequenciadores. Essas ações incitam a busca de referências que permitem estabelecer ligações entre o que é dito, o mundo e os conhecimentos prévios. Assim, a literatura infantil é uma rica fonte de aquisição de saberes e o professor um grande incentivador de leituras, um formador de leitores.

A literatura infantil foi difundida e presente no cotidiano de milhares de crianças em diferentes partes do mundo. Lourenço Filho foi um dos pioneiros no estudo sobre o gênero. Segundo Bertolotti (2012, p.12) o autor em questão exerceu significativa influência, seja ela direta ou não, sobre os escritores do gênero em sua época no território nacional, afirma ainda que ele “funda uma tradição característica de determinada época e que serve de referência a seus pósteros, influenciando sobremaneira a produção sobre e do gênero até os dias atuais.”

[...] partindo do pressuposto de que a criança tem necessidade inerente de formação, no que diz respeito a seu mundo interior, e de que a leitura exerce uma ação cultural influenciando a formação de valores lógicos, sociais e morais, a literatura infantil e juvenil, para Lourenço Filho, é instrumento de ação educativa. (Bertolotti, 2009, p.12).

As obras produzidas para crianças e jovens servem para formá-los, no sentido de amadurecimento interno do leitor como ser em formação – amadurecimento que orienta as opções constitutivas dos livros do gênero. Essa formação, no entanto, corresponde ao seu projeto de educação, que implica na criação de valores lógicos, sociais e morais, para uma evolução integral (Bezerra, 2013, p. 09).

Observando a literatura infantil como poderosa ferramenta que exerce função determinante na formação de cidadãos críticos e reflexivos, tem a provocadora incumbência de estar presente na vida das crianças, estimulando-as e formando o seu caráter ao oportunizar pensar sobre si e os outros. Processo este que leva o leitor a analisar e repensar o seu mundo, vivenciando e superando conflitos reais por meio da ficção e imaginação.

Luca (2011, p. 01) e outros autores enfatizaram a importância de Monteiro Lobato para o estudo destas questões. Todavia, durante muito tempo, o estudo sobre escritoras pioneiras ou não, no campo da literatura infantil, permaneceu esquecido, ou, pouco pesquisado, a partir daí levanta-se um questionamento: qual a contribuição das escritoras – no feminino, pois o foco aqui é um destaque à distinção de gênero - para a produção da literatura infantil?

E não há ninguém melhor para evidenciar isto na prática, do que a consagrada escritora brasileira Ruth Rocha. As obras de Ruth trazem em sua narrativa reflexões sobre o convívio em sociedade e suas problemáticas, normalmente convidando o leitor a pensar e a se posicionar sobre elas. Esta oportunidade que o legente tem de refletir sobre os aspectos da ficção e relacionar com a realidade, contribui para uma formação leitora que vai além da compreensão do texto escrito. Ela faz com que o leitor reflita também sobre a sua realidade. Assim, pode-se afirmar que suas obras contribuem para a formação de leitores e, conseqüentemente, enriquece, significativamente, no processo de formação de leitor e de seu acervo.

Aprender a ler e utilizar-se da literatura como veículo de informação e lazer, promove a formação de um sujeito capaz de argumentar, de interagir com o mundo que o rodeia e o torna um agente de modificações na sociedade na qual está inserido.

A instituição de ensino é o ambiente no qual as práticas leitoras são mais propícias a se desenvolverem, já que para muitos alunos, a escola é o principal lugar em que eles têm contato com materiais e práticas leitoras. Desse modo, as atividades de leitura precisam ser planejadas no

contexto das práticas de ensino e aprendizagem desenvolvidas cotidianamente, não só entre os alunos, mas também entre os professores. O primordial é ler e há diferentes maneiras de se fazer isso, vários caminhos, cada um trilhado de acordo com a turma, a estrutura física de cada ambiente e recursos materiais disponíveis. O que dá certo em uma turma, pode não dar em outra, por isto se diz que não há uma “receita pronta”, um modelo a ser seguido. O interessante é compartilhar experiências leitoras entre os docentes e seus discentes.

Quando se lê um livro, abre-se a possibilidade de variáveis modos de reação para esta leitura. A presença de um mediador entusiasmado para orientar na compreensão, contribui para a organização dessa reação, o que certamente resultará em um melhor aproveitamento da leitura. Assim, os interlocutores dialogam e compartilham para construir com a comunidade escolar de leitores.

Ao explorar obras literárias, o educador tem a oportunidade de estabelecer uma relação dialógica com o aluno. Assim, quando se pensa na literatura infantil no espaço escolar, pensa-se no trabalho coletivo, na leitura compartilhada, e isso requer um professor leitor que forma leitores. Corroborar-se assim na concepção de que a leitura literária propicia autonomia e independência e, nessa perspectiva, a este gênero da literatura tem um papel relevante na formação do professor e do aprendiz leitor. Talvez seja preciso que se repense as metodologias e práticas de ensino com as obras de literatura infantil no espaço escolar, pois artefatos culturais concedem às crianças múltiplas formas de acesso aos saberes, que não deveriam ficar restritas aos “cantinhos de leitura” na sala de aula.

No livro *O amigo do rei* (2009), de Ruth Rocha, o personagem Matias, um menino negro, é amigo do rei. No percurso de toda a narrativa, o enredo evidencia, de uma forma prazerosa, aspectos da relação social entre uma criança de etnia negra e outra, branca.

Esta obra aborda a relação destas duas crianças, nascidas em “berços” bem diferentes, mas que estreitam um laço de amizade e companheirismo intenso. Matias, apesar de ser filho de escravos, dizia que um dia seria rei igual seu ancestral fora na África. Ioiô, filho do patrão, não acreditava muito nisto, até porque ele sempre tinha razão quando surgiam desentendimentos entre eles.

Certo dia, em virtude de uma besteira, o pai de Ioiô, ficou muito bravo com os meninos e deu uma surra nos dois garotos, para Matias o fato não o abalou, já que estava familiarizado com os açoites por ser da senzala. No entanto, Ioiô, ficou tão indignado que propôs ao amigo uma fuga e no companheirismo e gesto de fidelidade, Matias o acompanhou, ensinando-lhe o caminho a seguir. Nesta aventura, eles vão parar em uma aldeia onde Matias é consagrado rei.

A autora traz a inversão dos papéis em que o negro é o centro da narrativa, mostra a parceria destes dois meninos em um lindo laço de amizade, além de apresentar no desfecho a luta pela abolição da escravidão a partir de um linguajar acessível, com o enredo favorável ao entendimento do leitor para esta parte histórica brasileira.

A seleção para análise deste livro na pesquisa de mestrado mencionada, deu-se por conta da Lei Federal nº10.639/2003 (Brasil, 2003), que apesar de já ter 21 anos de criação, ainda representa uma certa resistência das instituições de ensino para a sua execução. Nos últimos anos é que se percebe uma organização curricular e implementação de projetos cujo foco é cumprir o que prevê a legislação. Tal lei estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Além de colocar o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar.

Assim, tal proposta relaciona-se com uma das cobranças feitas na política educacional da atualidade a partir da lei citada, além de propor como foco uma das autoras vivas mais consagradas da literatura brasileira quanto ao gênero em que atua. Seu estilo direto, gracioso e coloquial, altamente expressivo e muito libertador, é capaz de abordar temáticas atemporais ao fazer retratação de situações cotidianas com leveza, encantamento e magia, e favorecer uma estreita interação com o leitor. Talvez sejam estes os pontos determinantes para que suas obras se tornassem aclamadas como de qualidade literária.

O trabalho de Ruth Rocha assume papel relevante para a literatura de nosso país, assim como a colaboração de outros célebres escritores: Monteiro Lobato, Ana Maria Machado, Tatiana Belinky, Pedro Bandeira e Ziraldo. Todos estes, deixaram e deixarão marcas construtivas na vida das crianças, possibilitando a elas um conhecimento de mundo a partir de uma leitura lúdica.

A princípio, o foco da pesquisa é um levantamento documental e bibliográfico acerca da vida e obra da autora Ruth Rocha, portanto, será uma pesquisa bibliográfica e qualitativa.

No primeiro capítulo, será apresentada a formação e a história de vida da autora objeto de estudo. Em segundo, propõe-se uma análise de suas produções, locais de atuação e toda contribuição que sua escrita proporcionou para a formação de leitores/escritores, além de apresentar toda definição acerca da literatura infantil.

O último foco do estudo será a análise do livro *O amigo do rei* (2009). A escolha deste livro não se deu aleatória, ao contrário, a intencionalidade está respaldada na legislação federal nº10.639/2003, que prescreve a implantação do conhecimento histórico da cultura africana e afro-brasileira nos currículos oficiais de educação. Como já mencionado, na obra selecionada para análise, há como enredo a amizade de duas crianças de etnias diferentes, uma branca e outra negra, possibilitando assim, um trabalho com a educação antirracista, um estudo sobre o contexto sócio-histórico da escravidão, assunto este bastante visado pelas atuais políticas educacionais.

2. Considerações Finais

A literatura por ser de natureza comunicativa e plurissignificativa é uma porta que se abre para que o leitor se posicione de forma ativa, reflexiva e crítica sobre o que lê. Estimula diferentes habilidades nas crianças, é por meio dela que se enriquece o conhecimento cultural, bem como o vocabulário, a criatividade, desenvolve-se a maleabilidade do pensamento e de nossa linguagem. No acesso e prática efetiva da leitura descobrem-se novas experiências, em um mundo repleto de novos conhecimentos, de imaginações e de ideias.

Assim, diz-se que os livros apoiam-se no desenvolvimento da linguagem, na ampliação de vocabulário, na criatividade e na descoberta do mundo imaginário e, conseqüentemente, um ser que está em constante contato com este mundo literário, tem mais possibilidades para que o processo de humanização e formação de leitores se concretize com êxito. E certamente, Ruth Rocha, com todo o seu acervo literário, exerce uma enorme contribuição para a educação brasileira.

Finalizo colocando uma reflexão de Antonio Candido (2012, p. 04) “Sabemos que a instrução de países civilizados sempre se baseou nas letras. Daí o elo entre formação do homem, humanismo, letras humanas e o estudo da língua e da literatura.”

Referências

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. Lourenço Filho e a literatura infantil e juvenil (1942-1968): fundação de uma tradição. **Leitura: teoria & prática**, n. 53, p. 10-16, 2009.

BEZERRA, C. L. A. **A alfabetização em Lourenço Filho**: um estudo das “Leituras de Pedrinho e Maria Clara”. Campinas: UNICAMP, 2013.

BRASIL, Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de Males, Campinas, SP, 2012.

LUCA, Tania Regina de. **Leitura, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROCHA, Ruth. **O amigo do rei**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2009.

2.3 EIXO: Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão

O TEATRO, A TECNOLOGIA E A PRÁTICA COMO PROTAGONISTAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Reni Aparecida Antonio Trombi Bulgarelli (UEMS, rabulgarelli@educacao.riopreto.br)

Maria José de Jesus Alves Cordeiro (UEMS, maju@uems.br)

Introdução

Este trabalho está vinculado a pesquisa de mestrado intitulada “Teatro inclusivo na Educação Especial para a promoção da diversidade”, na qual se investiga a interseção entre teatro, inclusão e tecnologia, examinando como o uso de tecnologias pode ampliar as oportunidades de acesso e participação de pessoas com deficiência no contexto teatral. A inclusão é um tema importante na sociedade atual, o teatro pode desempenhar um papel fundamental na promoção da diversidade e inclusão, e, a tecnologia oferece diversas possibilidades para ampliar as oportunidades de participação de pessoas com diferentes habilidades e características, criando um ambiente educacional mais inclusivo. Para tanto, apresento e analiso uma experiência relacionada a participação do aluno FPS, de 13 anos, aluno da Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto, que apresenta dupla excepcionalidade (altas habilidades e cegueira). Discuto como o processo de inclusão aconteceu no espetáculo de teatro "Colcha de Retalhos", no qual a tecnologia oferece novas perspectivas para promover a inclusão e tornar o teatro mais acessível a todos/as.

1. Revisão bibliográfica

2. O papel transformador do teatro inclusivo

A inclusão é um princípio fundamental em uma sociedade justa e igualitária. No teatro, isso significa garantir a participação plena de todos, independentemente de habilidades ou características pessoais. No entanto, pessoas com deficiências frequentemente enfrentam barreiras para se integrar ao teatro tradicional. É nesse contexto que a tecnologia e a educação podem ter um papel crucial.

A conexão entre teatro inclusivo e tecnologia promove a acessibilidade e a participação de pessoas com diferentes habilidades. Recursos tecnológicos podem criar experiências teatrais mais envolventes, mas é fundamental garantir a formação adequada dos/as profissionais e a acessibilidade dos recursos. Assim, o teatro inclusivo, aliado à tecnologia, empodera indivíduos com diversas habilidades, enriquecendo o cenário teatral e ampliando as possibilidades de expressão artística.

1. História do Teatro e o uso da tecnologia

O teatro é compreendido mais como um processo do que como um produto final, sendo visto como uma ação e uma produção em andamento. Historicamente, a necessidade de representar e contar histórias, seja oralmente, através de desenhos ou por meio da expressão corporal, é fundamental para a humanidade. A inclusão do teatro nas atividades escolares promove um crescimento cultural que vai além da sala de aula, motivando uma aprendizagem prazerosa.

Mas existe uma visão alternativa que eu gostaria de apresentar baseada numa visão da mente radicalmente diferente, que produz um tipo de escola muito diferente. É uma visão pluralista da mente, reconhecendo muitas facetas diferentes e separadas da cognição, reconhecendo que as pessoas têm forças cognitivas diferenciadas e estilos cognitivos contrastantes. Eu também gostaria de introduzir o conceito de uma escola centrada no indivíduo, que considera seriamente esta visão multifacetada da inteligência (Gardner, 1995, p.13).

Os princípios pedagógicos do teatro estabelecem relações claras entre teatro e educação, destacando aspectos como linguagem, comunicação, empatia, expressão, desenvolvimento pessoal e diversidade cultural. Essa conexão ressalta a importância do teatro como uma ferramenta educacional eficaz. O teatro possibilita ao indivíduo buscar respostas para questionamentos sobre o mundo e a relação do homem com ele, promovendo o desenvolvimento da auto expressão.

Desde seu surgimento, diversas tecnologias foram utilizadas no teatro e, com a luz elétrica abriu-se novas vertentes e estéticas. Historicamente, a iluminação sempre foi uma preocupação central. Foletto (2011, p. 25) destaca que, na Grécia Antiga, “a iluminação era sempre realizada com luz natural”, e os espetáculos geralmente aconteciam durante o dia. Segundo Figueiredo (2007, p.

22), as apresentações noturnas utilizavam velas e archotes, enquanto as diurnas contavam com “clarabóias e amplas janelas” para a luz solar. Assim, a vela foi o primeiro elemento cênico de iluminação, seguido pela luz elétrica, que revolucionou o teatro. Foletto (2011, p. 27) afirma que “com a luz elétrica a iluminar igualmente o palco, ele ganhava nuances que poderiam ser visualizadas pelos espectadores”.

A integração da tecnologia nas salas de aula e no teatro pode aumentar a motivação dos/as alunos/as, promover a personalização da educação e desenvolver habilidades, contribuindo para a inclusão.

Aquilo que denominamos tecnologia se apresenta, pois, como uma realidade polifacetada: não apenas em forma de objetos e conjuntos de objetos, mas também como sistemas, como processos, como modos de proceder, como certa mentalidade. A essa presença múltipla devemos acrescentar uma patente ambiguidade daquilo a que aludimos como tecnologia. Invariavelmente, toda realização tecnológica vai acompanhada de alguma valoração, positiva ou negativa. (Cupani,2016,p.12)

1.4 Teatro e Deficiências

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.(LEI 13.146).

A deficiência é uma condição que afeta um indivíduo em um ou mais aspectos de sua funcionalidade física, sensorial, mental ou intelectual. É importante ressaltar que a deficiência não deve ser vista como uma característica intrínseca do indivíduo, mas sim como uma interação complexa entre suas características individuais e as barreiras ambientais que podem impedir sua participação plena na sociedade. Quando falamos do processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola, de forma direta ou indireta somos levados a dialogar com o/a professor/a e o seu papel fundamental no ambiente escolar.

A família e as leis também são fundamentais para a consolidação dessa ação. Mantoan nos faz refletir sobre como a escola tem se posicionado diante da efetivação da inclusão, onde ainda se encontra em um processo aberto a poucos e esse cenário acentua drasticamente para os alunos com

deficiências. A conscientização, a educação e a implementação de políticas inclusivas são passos importantes nesse caminho. Quando pensamos em teatro inclusivo, estamos proporcionando aos/as alunos/as a possibilidade de em conjunto, se desenvolver como todo o grupo desenvolvendo suas habilidades e potencialidades.

A educação de pessoas com deficiência deve ocorrer na escola regular, que é o ambiente mais adequado para a socialização. A legislação brasileira assegura esse direito, e a inclusão por meio do uso do teatro pode ser uma forma eficaz de emancipar a pessoa com deficiência do isolamento. A conscientização, a educação e a implementação de políticas inclusivas são passos importantes nesse caminho. Quando pensamos em teatro inclusivo, estamos proporcionando aos alunos a possibilidade de , em conjunto, se desenvolver como todo o grupo desenvolvendo suas habilidades e potencialidades.

2. Metodologia

Após refletirmos sobre os aspectos teóricos apresentados, relato a experiência vivida na Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto, no Atendimento Educacional Especializado - AEE. Junto com a gerência, foi proposto um projeto de teatro inclusivo, apoiado por alunos/as e familiares. Recebemos um grupo diversificado de 52 alunos/as, com e sem deficiências, que foram divididos em dois períodos de atendimento, totalizando 3 horas semanais em contraturno escolar no CEDET (Centro do Desenvolvimento do Potencial e Talento) em São José do Rio Preto.

Iniciamos com jogos teatrais, que desenvolvem habilidades, estimulam a criatividade, a improvisação e a interação. Essas atividades promovem comunicação, escuta ativa, confiança e autoestima. O aluno FPS, embora tímido e não comparecendo às aulas, mostrou interesse em contribuir no processo, artisticamente por meio de desenhos. Conheci-o na sua escola regular e com a ajuda da professora de AEE, observei sua pesquisa individual e superação nos desenhos que criava. Segundo Guenther (2000, p. 63), "mudanças em educação têm que se traduzir no trabalho do professor [...] alguns são capazes de vivê-la, outros não".

Após esses encontros, apresentamos a este aluno o texto teatral criado coletivamente com o grupo de teatro. Utilizamos trilha sonora para o "clima" do espetáculo e discutimos o tema "Colcha de retalhos", construindo uma colcha com diferentes texturas. O conhecimento das necessidades do aluno foi crucial, pois, como Gunther (2000 p. 71) afirma, "conhecer cada aluno é uma tarefa fundamental do professor".

Decidimos trabalhar com tecnologia visual, criando um cenário móvel, que incluía vídeos e a arte do aluno FPS, focando em suas potencialidades. Gardner (1995, p. 16) nos lembra que "uma escola centrada no indivíduo procuraria adequar os indivíduos não apenas a áreas curriculares, mas também a maneiras particulares de ensinar". O resultado desse processo foi potente. Usamos a arte do aluno FPS na divulgação e abertura do espetáculo, contextualizando o espectador sobre sua obra. Apresentamos o resultado dessa integração para 300 (trezentas) pessoas no SESC Rio Preto.

Centrando no indivíduo e considerando suas habilidades, proporcionamos um aprendizado mais significativo. A combinação de teatro inclusivo, tecnologia e prática pedagógica mostraram-se poderosa para promover a inclusão e o empoderamento, tornando o teatro mais acessível e enriquecedor para todos/as.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos trazer uma breve reflexão sobre a interseção entre teatro, inclusão e tecnologia, enfatizando a importância da tecnologia na ampliação do acesso e da participação de pessoas com deficiência no contexto teatral. A inclusão é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária, e o teatro pode ser uma poderosa ferramenta para promover a diversidade e a equidade.

O uso de tecnologias cria um ambiente educacional mais acessível e envolvente, permitindo que indivíduos com diferentes habilidades vivenciem experiências artísticas enriquecedoras. O estudo de caso de FPS, um aluno com dupla excepcionalidade (altas habilidades e cegueira), no

espetáculo "Colcha de Retalhos", exemplifica como a tecnologia pode abrir novas perspectivas e facilitar a expressão cultural de pessoas com deficiência.

É crucial reconhecer que a combinação entre teatro inclusivo e tecnologia também apresenta desafios, como a acessibilidade dos recursos e a formação dos/as profissionais envolvidos/as. Contudo, os benefícios são substanciais, pois a tecnologia proporciona oportunidades valiosas para promover a inclusão e o empoderamento de todos/as.

Assim, a interação entre teatro, tecnologia e práticas inclusivas é uma área que merece crescente atenção e investimento. Ao garantir a acessibilidade e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, o teatro pode exercer um papel transformador na sociedade, enriquecendo o panorama cultural e ampliando as possibilidades de inclusão e expressão artística para todos/as.

Referências

BRASIL. **Lei 13.146**, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia: um convite**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

FIGUEIREDO, Laura Maria de. **Luz: a matéria cênica pulsante**. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. **Efêmero revisitado: conversas sobre teatro e cultura digital**. Santa Maria: Baixa Cultura, 2011.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GUENTHER, Z. R. **Desenvolver Capacidades e Talentos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e Diferenças na Escola – Como andar no fio da navalha. **Revista Educação**, Porto Alegre, ano XXIX, n. 1 (58), p. 55 – 64, Jan./Abr, 2006.